

PASTORAL POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

Cláudio Perani

(publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS*, n.º 119, jan.-fev. 1989, p. 13-22)

Apesar de reconhecer o crescimento da pastoral popular, não é fácil avaliar sua caminhada na atual conjuntura. Há confusão, incertezas, desencantos, diferentes orientações criando um clima que dificulta uma discussão mais objetiva. A única certeza, na qual todos se encontram, é a situação de fome da grande maioria da população que luta pela sobrevivência, sem conseguir encontrar caminhos que permitam apontar para uma mudança mais ampla. No quarto ano de sua existência, a "Nova República" revela-se claramente com sua política autoritária e com seu modelo econômico que continua favorecendo uma elite extremamente reduzida. Algo mudou no nível institucional, mas são mudanças que não alteram a atual correlação de forças. O movimento popular e os canais políticos dos trabalhadores vão se desenvolvendo, deixando aparecer, contudo, o limite de seu poder e a distância da grande massa marginalizada.

Não é para estranhar que também no âmbito da pastoral popular se constate uma situação de crise e de incertezas que se prolonga faz alguns anos. Avanço ou retrocesso da pastoral? Parecem aumentar as vozes que falam de retrocesso ou de esvaziamento. Há, porém, pareceres diversos que dependem de vários pontos de vista, de abordagens diferentes. A questão da relação fé-política, equacionada de maneiras diferentes, certamente influi. As interpretações, ainda hoje veiculadas, que consideram a pastoral como tendo só uma tarefa "supletiva" no campo social em nada contribuem para enfrentar a nova conjuntura.

Nesta situação, não pretendo apresentar uma avaliação mais global da pastoral popular. Tarefa importante, mas difícil. Simplesmente desejo levantar alguns questionamentos e expressar um parecer sobre o atual relacionamento da pastoral popular com os movimentos sociais. Deixo de lado a **interferência da hierarquia** neste campo; há novidades que devem ser consideradas, porque revelam uma estratégia global de controle que pode ter sua importância e suas consequências quanto ao futuro da pastoral. Mas já há vários esclarecimentos sobre o assunto. Deixo, igualmente, de lado a novidade representada pela maior presença, no âmbito da pastoral, de **projetos de "produção comunitária"**. aparecem hoje com maior urgência pela situação dramática de fome em que o povo vive e como uma das maneiras organizadas de luta. É uma novidade importante, mas exige um espaço próprio de reflexão, limitando-me à relação da pastoral popular com os movimentos sociais, não pretendo considerá-la do ponto de vista mais teórico da **"relação fé-política"**. A literatura da Teologia da Libertação já avançou bastante neste ponto. Baseio-me, evidentemente, em pressupostos teóricos que podem ser explicitados e questionados. Somente no fim do artigo resumo algumas reflexões do teólogo salvadorenho Ignacio Ellacuría, numa perspectiva mais teórica.

Limito-me a considerar a prática concreta em andamento, onde vejo aparecerem novidades que não me parecem suficientemente analisadas e avaliadas e levantam certas preocupações. Há, evidentemente, as tensões de sempre entre a tarefa da Igreja e o compromisso político, entre a atuação das instituições de representação popular e as "massas", entre as organizações da Igreja e aquelas não vinculadas à Igreja, etc., mas recolocam-se de forma diferente na nova conjuntura, revelando mais claramente acertos e impasses. Meu questionamento se dirige, sobretudo, aos agentes de pastoral e aos assessores que têm uma grande influência na orientação da pastoral. Do ponto de vista dos membros das pastorais, é mais difícil ver e equacionar esse problema, tendo em vista que o engajamento na Igreja e nos movimentos sociais podem se confundir na mesma pessoa.

Convém explicitar brevemente meus **enfoques político e teológico**. Do ponto de vista político, privilegio o poder popular, o poder das massas, procurando detectá-lo no dia-a-dia da vida do povo

e reconhecê-lo em suas próprias formas de luta; o problema da organização deve ser equacionado a partir daí., Do ponto de vista teológico-pastoral. dou referência a uma linha mais "ecumênica" do que "militante". A primeira privilegia o diálogo com os outros, sobretudo com os pobres, não a partir de fora, de um modelo pré-estabelecido apoiado nos recursos da fé, mas a partir de dentro, operando conjuntamente na procura de novos caminhos com as outras pessoas e os outros grupos; a segunda privilegia a presença política, no sentido de o movimento pastoral ou de cristãos, ficando bem definido do ponto de vista da fé, procurar assumir programas políticos mais concretos, chegando a confundir-se com determinadas tendências políticas ou a colocar-se em oposição a elas. Tais enfoques são evidentemente relativos: podem facilitar certos questionamentos, ao mesmo tempo em que mostram seus limites para interpretar uma situação bem complexa e diversificada, onde várias tendências devem concorrer para um avanço. A intenção, contudo, não é de alerta para a pastoral popular moderar seus caminhos, mas, ao contrário, de estímulo para que ela possa avançar mais, com coerência sempre maior, na linha de uma concreta opção pelos pobres.

PASTORAL POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

A Pastoral Popular situa-se como uma das presenças no grande mundo dos movimentos sociais. Deus, está dando e continuará a dar sua contribuição para o objetivo comum de uma sociedade nova, baseada sobre relações de justiça e fraternidade. Tem seus limites e dúvidas. Tem, também, sua especificidade no sentido de que se trata de um trabalho de Igreja. Isso vale igualmente para aquelas entidades de serviço que têm certa autonomia diante da hierarquia, mas que guardam uma relação institucional com a Igreja.

Minha análise nesse artigo, pretende ficar mais restrita ao âmbito desta pastoral levantando questionamentos que lhe dizem respeito, sem pretender avaliar os movimentos sociais e suas entidades. Sem dúvida, é inevitável que as considerações feitas em relação à pastoral sejam influenciadas por uma visão política. Contudo, na linha de Puebla, pretendem ser uma "análise dos fatos a partir de uma perspectiva ou 'visão' pastoral".

Os questionamentos dizem respeito a quatro pontos: a relação da pastoral com as instituições dos movimentos sociais, como CUT (Central Única dos Trabalhadores), PT (Partido dos Trabalhadores), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), etc.; o problema da articulação e unificação; a formação política; a questão da mística.

1. PASTORAL POPULAR E INSTITUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Quando se fala em "movimentos sociais", geralmente se entende por isso as iniciativas, lutas e organizações mais informais dos setores populares: o que não é institucionalizado nem se deixa facilmente institucionalizar. Em sentido mais amplo, porém, os movimentos sociais incluem também formas mais institucionalizadas de organização: entidades dos movimentos populares urbanos (conselhos de bairro, associações diversas), movimentos e entidades ecológicas, de mulheres, de negros, de sem terra, organizações sindicais, organizações partidárias, etc. Ora, mas das questões que a pastoral popular vem colocando com mais insistência nos últimos tempos é exatamente a da sua relação com essas organizações mais institucionalizadas dos movimentos sociais.

É conveniente, então, aprofundar essa questão. Por um lado, não se trata de a pastoral fechar-se em si mesma, ignorando a existência de tais entidades. Por outro lado, não se trata tampouco de estabelecer com elas um relacionamento cego e acrítico. Na nova conjuntura, apresentam-se novas exigências e, com elas, a necessidade de repensar os caminhos. Como isso está sendo feito?

Sugiro a hipótese seguinte: diante da situação de fome dos nossos irmãos e, também, pela pressão dos canais propriamente políticos, alguns setores da pastoral sofrem hoje a **tentação do poder**, a tentação de utilizar a fé como uma prática eficiente. Tais setores correm o risco de se aproveitar de sua “especificidades pastoral” ao trabalhar no domínio da política. “Especificidade pastoral” significa recolher o âmbito religioso do grupo, quer dizer, seu aspecto explícita ou implicitamente eclesial, sua dimensão de fé, sua relação com Deus. Ora, a fé tem suas exigências e seus critérios que devem ser respeitados. A tentação do poder consiste na perspectiva – intencionalmente honesta e razoável – de utilizar Deus como uma vantagem. Supõe um Deus de força e de poder, a nosso serviço. Ao contrário, pelo Evangelho, Deus se revela como escândalo, como fraqueza, quer dizer, contraria as expectativas da elite religiosa-política de seu tempo que esperava a restauração do reio de Israel, colocando-se do lado dos mais fracos e marginalizados, sem utilizar o caminho do poder, quer religioso, quer político. Nisso escandaliza e, paradoxalmente, revela outra *eficácia* e outro *poder*. Jesus nos ensina que ser filho de Deus não é vantagem, mas obediência até a morte, tentando assumir até o fim solidariedade com os pobres, pondo-se a seu serviço, sem sonhar nenhum tipo de eficácia milagrosa. É a tentação do poder: crer – influenciados pela lógica da política – que a salvação seja fruto do poder, e não do amor e da graça. Noutras palavras, quando se entra no campo da política, apelando para a contribuição da fé, corre-se o risco de utilizar a fé como arma de poder. Opera-se no campo da política – setor da história, quer dizer, do relativo – com os critérios da fé que, apesar de estar mergulhada na história, tem aspectos que remetem para o absoluto.

Tais afirmações não devem levar a interpretações equivocadas. Não se trata de negar a necessidade de usar o poder para realizar a mudança da sociedade. Também não se pretende negar o peso político que a Igreja está tendo hoje no Brasil em favor dos pobres e a necessidade de viver a fé numa dimensão social e política. Trata-se simplesmente, de um lado, de reconhecer e valorizar a autonomia dos processos políticos sem querer controlá-los com mediações eclesiais e, do outro, de manter o testemunho de que o Reino, que se realiza desde já aqui na terra, é de Deus.

Para concretizar melhor, penso que a tentação do poder aparece bastante claramente hoje na relação que, em alguns lugares, a pastoral popular tende a estabelecer com certas instituições ou entidades do movimento popular. E essa relação anda bastante problemática.

O que acontece habitualmente na prática? Ou um posicionamento de fechamento e concorrência por parte da pastoral, ou uma postura de submissão a determinadas entidades, suas orientações, programas, palavras de ordem ou bandeiras. Num caso e no outro, trata-se de um comportamento que deveria ser avaliado e questionado.

Seja o posicionamento de fechamento, seja a postura de submissão decorrem talvez, em grande parte, de uma insegurança frente às práticas de cobrança que se vêm tornando cada vez mais comuns por parte de inúmeras entidades de classe e partidárias ou de suas correntes. Cobram o apoio - e até mesmo o engajamento ativo - da pastoral, alegando que a recusa significa "ficar em cima do muro", "reforçar o patrão", "cair fora da luta", etc.

Não há dúvida de que, por parte da pastoral, existem **recuos lastimáveis** que não podem ser justificados com estas reflexões. São um efetivo cair fora da luta, uma volta à sacristia, um trair a opção pelos pobres. Mas é também necessário refletir sobre o tipo de cobrança feita, para desmistificar o caráter autoritário e anti-democrático dos argumentos tipo "ficar em cima do muro", na medida em que não permitem um diálogo e não reconhecem a possibilidade de um pluralismo de engajamentos. De que "muro" se trata? Que águas ele separa? Quem decidiu que tal ou qual instituição é o rio por onde passa necessariamente a transformação social? E mais ainda: quem decidiu que todos têm o dever de optar por tais entidades e delas participar? O que significa, por exemplo, priorizar o sindicato e o partido como formas de organização popular? O que significa

optar pela CUT e pelo PT, apoiar só a corrente majoritária da CUT, etc? Não existe o risco de a pastoral adotar como critério de ação quase exclusivo a orientação de uma determinada entidade ou corrente?

Por parte de certos setores da pastoral, há compromissos político-institucionais que podem ser questionados do ponto de vista da fé, exatamente porque podem levar a pastoral a uma atitude de "poder" e não de "serviço", introduzindo critérios e práticas absolutistas num campo que é eminentemente lugar do relativo.

Mais ainda, a identificação de alguns setores pastorais com uma única linha pode ser questionada também do ponto de vista político. Penso aqui em certas alianças - mais ou menos explicitadas - da pastoral com algumas "tendências" ou "na simples adesão" a suas bandeiras de luta e campanhas.

O fundamental na pastoral é o compromisso concreto com o trabalhador e sua caminhada. Não se trata de ser contra ou a favor das instituições que integram os movimentos sociais, não se trata de aliar-se ou de fechar-se a elas. O apoio a qualquer entidade vai ser dado pelo povo, na medida em que ele encontrar naquela entidade a defesa de seus interesses. A pastoral deveria apresentar-se como espaço aberto onde as propostas e a atuação concreta das várias organizações e correntes possam ser analisadas, deixando a seus membros maior responsabilidade de escolha, sem impor algo a partir da instituição pastora. Deveria ter uma atitude de "discrição política", não porque deva ocupar-se só do aspecto religioso da luta do povo, mas porque seu serviço/anúncio, ao tempo em que se concretiza em experiências sempre mais políticas, deveria perder aquele dogmatismo que provém da fé, para diluir-se numa pluralidade de formas que dificilmente podem coincidir com o próprio anúncio.

2. A QUESTÃO DA ARTICULAÇÃO E UNIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para entender melhor a maneira como essa questão vem sendo colocada e discutida no meio da pastoral, é importante considerar, inicialmente, a conjuntura dos movimentos sociais.

Hoje, fala-se com maior freqüência no **cansaço, refluxo, descrença e desalento do povo**. Sem dúvida nenhuma, o empobrecimento e a luta pela sobrevivência estão consumindo uma energia maior do povo. Algumas situações nos deixam perplexos e indagamos profundamente a sensibilidade das nossas propostas e da nossa prática. No que se refere às condições materiais da existência, a correlação de forças existente hoje em nossa sociedade tem se mostrado amplamente favorável às classes dominantes, e isso interfere muito no ânimo e nas possibilidades de luta da massa maior do povo.

É verdade que outros fatores são igualmente importantes para explicar o desalento, a descrença e a pouca autonomia do povo. Tomando-se como exemplo a descrença, um dos fatores que mais contribuiu para seu crescimento é a atuação dos próprios políticos e suas políticas: o povo desacredita sempre mais nas instituições burguesas (governo, parlamento, partido...). Pode-se até discutir até que ponto isso significa uma sabedoria do povo e um avanço de sua compreensão política: não se pode negar, contudo, que representa um dado de realidade a ser considerado por todos. O desalento é também consequência da dispersão e isolamento em que se encontra uma boa maioria do povo. A esperança que tínhamos nos movimentos sociais, em sua autonomia, no seu poder, pode ser fruto de nossas análises e expectativas demasiadamente idealistas. Perceber isso e ver melhor as dificuldades atuais é talvez fruto de nossa aproximação e convivência com o cotidiano do povo.

É frente a essa situação de dispersão e desestímulo dos movimentos sociais que, na pastoral, muitos estão levantando a necessidade de **maior articulação e unificação** desses movimentos. De fato,

numa situação de opressão muito grande, o sentimento de impotência se agrava quando as pessoas e grupos ficam isolados, limitados ao seu próprio local, à sua própria realidade. Daí a importância de fazer alguma coisa no sentido de abrir horizontes, favorecendo uma acumulação progressiva e constante do poder transformador do povo. O grande desafio é como alcançar isso! Nesse sentido é que me proponho a analisar melhor essa conclusão aparentemente tão evidente sobre articulação e unificação dos movimentos sociais.

Em primeiro lugar, o que se entende por **articulação**? A idéia mais comum no meio da pastoral é de que se trata de articular as iniciativas e lutas do povo numa perspectiva de que elas se integram ou, pelo menos, assumam as propostas e bandeiras de determinadas entidades consideradas como sendo os principais canais de expressão, organização e representação popular (organizações de classe, partidos etc.). No caso, o ponto de partida da atuação pastoral já estaria pré-determinado pelo ponto aonde se deve chegar: articular para fortalecer tais entidades dos movimentos sociais.

Há, porém, uma outra perspectiva de articulação, onde o ponto de partida da atuação são os movimentos sociais e a realidade popular no seu acontecer concreto; não há ponto de chegada pré-determinado, trata-se de construir algo numa direção cujos caminhos vão sendo discernidos e criados com o próprio povo, em cada situação concreta.

Essa última é a perspectiva com a qual me afino. Concretizando um pouco mais, não se trata de a pastoral articular o povo em determinadas entidades, e sim de favorecer a criação/ampliação de redes diversificadas de relacionamento entre o povo de diversos lugares, promovendo oportunidades de encontro e troca entre pessoas ou grupos, favorecendo inclusive certas viagens para conhecer diretamente realidades diferentes, etc. Sem dúvida já acontecem vários encontros nos quais participam pessoas de diversos locais e regiões. Só que, em grande parte dos casos, são reuniões para resolver assuntos administrativos, ou encontros muito ampliados. A esses, seria bom acrescentar outro tipo de encontro, algo que favoreça um conhecimento mútuo mais estreito e que resulte em algum laço de continuidade. Enfim, trata-se de favorecer um maior pluralismo: articulações diversas horizontais, mais efêmeras e mais estáveis, entre quatro ou cinco pessoas e entre muitas pessoas, articulações que vão vencendo a dispersão e o isolamento, etc. Dentro disso, não se exclui a priori a articulação em qualquer forma de organização, sejam as mesmas institucionalizadas ou não, só que nenhuma delas é ponto de partida ou de chegada.

A pastoral deve pensar a articulação não tanto como uma questão quantitativa. Deve tentar reconhecer o processo qualitativamente novo em andamento. Neste, a articulação revela níveis diversificados e complexos: o nível da superfície e o nível das raízes; nem sempre um é simples consequência do outro. A organização, sempre pensada num movimento centrípeto, deve ser complementada por um movimento centrífugo. Aqui se abre um grande campo à contribuição da pastoral: andar lá onde estão os marginalizados é caminho de uma unidade a ser construída pelo próprio povo. Da mesma maneira, partir das suas necessidades e da sua consciência, abrir espaços para que possam aparecer os vários aspectos da vida, favorecer um poder mais direto e menos delegável, valorizar mais a comunidade do que os quadros, valorizar a totalidade dos setores populares e não somente o operariado, pensar mais em processo do que em ponto de chegada, etc. Tudo isso já é uma prática de muitos setores da pastoral. Na nova conjuntura acho importante reforçá-la como ponto de partida que favorece articulações mais consistentes e criativas entre o povo.

Quanto à unificação dos movimentos sociais, parece-me necessário repensá-la. Quem disse que a união faz força em todo e qualquer caso? Quem disse que a dispersão é só fraqueza? Indo mais a fundo, será que todos têm que estar unificados por um pensamento comum e por uma proposta única? Todos têm que estar unificados em organizações? Onde fica a democracia e o respeito ao

outro nisso? Uma coisa é a unificação de lutas concretas em certos momentos de maior confronto, outra coisa é a unificação como norma.

Muitas vezes, o desejo de unificação abriga a expectativa de superar as divergências e divisões que existem entre e dentro de certas organizações populares e inclusive patorais. As divergências e divisões não são necessariamente negativas. Podem até ser muito positivas, sinal de pluralismo democrático. O negativo é que, na maioria dos casos, as divergências confluem simplesmente para uma tremenda luta de poder entre posições ao invés de confluírem para um debate franco e aberto. A relação entre cada posição e o grande povo, então, é muito mais uma relação de convencimento, quando não de manipulação - e é isso, em grande parte, o que contribui para debilitar o poder e a autonomia do povo. Devemos reconhecer no âmbito da pastoral uma tendência a confundir fraternidade com consenso, ausência de tensões e harmonia; existe uma grande dificuldade para lidar com as diferenças. É bom lembrar que a caridade exige o reconhecimento do outro enquanto outro.

3.0 PROBLEMA DA FORMAÇÃO POLÍTICA

A necessidade de programas de formação política também tem sido apontada por diversos setores da pastoral como uma condição para superar a debilidade dos movimentos sociais e aprimorar a contribuição da pastoral. Essa é uma colocação bem insistente nos últimos tempos. Supõe-se que, numa conjuntura de desânimo e desestímulo dos movimentos sociais, a maior formação - ou conscientização - das classes populares seria um fator importante para a maior dinamização e mobilização das suas iniciativas de luta. Neste sentido, diversos setores da pastoral não apenas têm multiplicado encontros, reuniões ou cursos de formação política para animadores de base, lideranças, etc., como têm também incentivado a sua participação em cursos promovidos por outras instituições ligadas aos movimentos sociais.

Ninguém duvida da importância da informação e da formação dos setores populares. O problema não está aí, mas às vezes tem-se a impressão de que o recurso à formação política nos moldes como tem sido feita seja um fugir de dificuldades de outra ordem. Corre-se o risco de ficar no plano do idealismo, simplificando a complexidade da realidade. Certos esquemas tradicionais de formação - apesar dos propósitos em contrário - e certos resultados já visíveis levantam dúvidas sobre a solução encontrada. A formação de lideranças, por exemplo, frequentemente tem um resultado que deixa interrogações muito sérias: não raro, os indivíduos formados acabam por se descolar do seu tecido social de base e se reagregam em universos onde eles permanecem dependentes dos "formadores" (mais intelectualizados), ao mesmo tempo em que perdem a capacidade de diálogo com os seus primeiros iguais. Em relação a esses, muitos acabam assumindo uma postura de superioridade - quando não de autoritarismo - em nome da "conscientização" que passaram a ter. A formação continua um grande desafio!

Explicitando melhor alguns questionamentos, impressiona a insistência sobre a clareza que os participantes dos movimentos sociais devem ter: "é importante que cada movimento local tenha claro... os participantes dos movimentos populares devem ter claro... distinção muito clara... falta de uma política mais clara...". É sempre possível ter essa clareza? Sobretudo numa situação de transição e quando certos instrumentos teóricos revelam suas insuficiências?

É evidente a necessidade de aprimorar um instrumental de análise, a ser continuamente repensado a partir da prática e na prática. E talvez aqui haja muito simplismo nos meios da pastoral. Mesmo quando seus agentes ou assessores pretendem não trabalhar com os preconceitos ideológicos das concepções vulgares ou doutrinários do marxismo, o pressuposto básico dos seus projetos e cursos de formação é quase sempre a luta de classes que implica a "existência de uma força (classe)

localizada no centro da produção e capaz de transformar a sociedade através da luta, a partir de um projeto prévio". Hoje, isso parece não dar conta da realidade toda, pluralista e particular, múltipla e fluida.

É evidente a necessidade de aprimorar um **instrumental de análise**, a ser continuamente repensado a partir da prática e na prática. E talvez aqui haja muito simplismo nos meios da pastoral. Mesmo quando seus agentes ou assessores pretendem não trabalhar com os preconceitos ideológicos das concepções vulgares ou doutrinários do marxismo, o pressuposto básico dos seus projetos e cursos de formação é quase sempre a luta de classes que implica a "existência de uma outra força (classe) localizada no centro da produção e capaz de transformar a sociedade através da luta, a partir de um projeto prévio". Hoje, isso parece não dar conta da realidade toda, pluralista e particular, múltipla e fluida.

Deve-se reconhecer a importância da abordagem sócio-político-econômica e a contribuição do instrumental analítico "luta de classes". Ninguém nega a existência de um conflito entre as classes. O próprio Papa João Paulo II, em sua encíclica sobre "O Trabalho Humano", reconhece o "conflito entre o mundo do capital e o mundo do trabalho". Sem querer entrar numa discussão bem complexa, pode-se dizer que o problema, em primeiro lugar, não está em negar o instrumental de análise "luta de classes", mas no modo como a classe trabalhadora - ou suas vanguardas tem formulado seu programa de luta, utilizando, às vezes, esquemas deterministas e apriorísticos questionáveis. Em segundo lugar, trata-se de reconhecer que tal instrumental é limitado, quer dizer, não consegue prestar conta da complexidade da vida toda. Mesmo a Teologia da Libertação nem sempre considerou suficientemente outras abordagens como, por exemplo, a abordagem antropológico-cultural. Utilizar também o enfoque cultural não significa voltar atrás mas avançar mais, completando o enfoque sócio-analítico.

Em várias partes do mundo - e também aqui no Brasil -, as grandes interpretações do social e as visões totalizantes da realidade e da história estão sendo questionadas. Questionamentos deste tipo poderiam ajudar a pastoral a compreender melhor o "relativo", "o cotidiano" o "local", o "louco". No fundo, reaparece hoje a antiga sabedoria (esperteza) do povo: à racionalidade do poder, não opõe a práxis revolucionária (ainda mais racional), nem a temática da utopia e da libertação (mística cristã), mas a resistência fluida, cínica, divertida... O problema é complexo e desafiador. A crítica ao racionalismo onipresente dessas visões totalizantes não pode parar na constatação das situações sociais e das dimensões humanas que tais visões não contemplam. Há que construir outra racionalidade. Uma práxis revolucionária não prescinde da razão, não prescinde de um permanente esforço de elucidação da realidade em suas múltiplas dimensões e articulações. Mais precisamente, a construção de um tempo histórico novo implica em pensar os caminhos dessa construção, a cada momento e em cada movimento. Pensar com a razão, com a imaginação, com a emoção, sem que nenhuma prevaleça sobre a outra, embora possam ter intensidades diferentes em cada situação concreta. Razão e paixão vão juntas, não podem ser separadas. Dentro disso, inclusive, diria que as próprias constatações e valorizações da resistência fluida cínica e divertida do povo estão carecendo de um discernimento mais agudo, particularmente no âmbito da pastoral.

Um outro aspecto é o nível muito acadêmico de vários cursos de formação oferecidos pela pastoral e a absolutização da lógica do pensamento científico. Seria importante abrir espaços maiores para a rica experiência da educação popular dos últimos anos no Brasil, e para a emergência e desenvolvimento das "lógicas" do pensamento popular, de suas informações e pontos de vista, de seus sentimentos e emoções, de seus sonhos, frustrações e aspirações.

4. A MÍSTICA CRISTÃ

A tentação a que me referi anteriormente, de utilizar a fé para uma prática política eficiente, pode também ser vislumbrada dentro do âmbito estritamente pastoral quando nos deparamos com uma insistência nova sobre a necessidade de uma mística.

Alguns setores das organizações políticas continuam vendo, no conteúdo religioso próprio do povo brasileiro e conservado sobretudo nos militantes que provêm dos trabalhos pastorais, algo de prejudicial que deve ser combatido, ou simplesmente ignorado, porque inútil para um processo político.

Já no âmbito da pastoral, a preocupação é evidentemente oposta: na medida em que a pastoral se abre para o político, deve procurar reinterpretar, aprofundar e alimentar também a dimensão da fé. E uma das tarefas que mais aparece atualmente, nos diferentes setores da pastoral: CEBs, CPT, CPO... Dá-se importância ao aprofundamento bíblico, é atualizada a catequese, é revalorizada a celebração da fé e alguns chegam até a pensar numa "pastoral da militância", no sentido de refletir sobre o compromisso político à luz da fé para aprofundar as duas dimensões.

Neste contexto, apareceu nos últimos anos a palavra "mística cristã". O aspecto místico da fé é introduzido para fortalecer a caminhada política. Afirma-se que a racionalização de certos esquemas políticos elitiza e afasta as massas. Para elas participarem do processo revolucionário, deve-se favorecer o "religioso" e alimentar o aspecto "místico" da visão de fé, que pode aumentar a força do povo.

Acho importante compreender e valorizar o sentimento religioso do povo, reconhecer sua fé até na dimensão profundamente mística. O que preocupa é uma relação demasiadamente apressada com a política, correndo o risco de uma certa mistificação. Às vezes, parece haver uma instrumentalização da fé para um projeto político. O problema é delicado e complexo: de um lado, a fé deve ser "instrumentalizada" no sentido que se realiza nas ações e deve levar a uma mudança; do outro lado, sobretudo quando o projeto político parece já existir e se trata de encaixar nele a massa, a fé pode perder sua dimensão própria, sua força questionadora dos projetos humanos.

A introdução utilitária da mística cristã para iluminar e fortalecer o caminho da transformação social pode, ao contrário, criar mais confusão na relação fé/política. Podemos lembrar que a raiz da palavra mística é "fechar os olhos". Ora, por um lado, o processo de transformação social exige um esforço contínuo de lucidez. Por outro lado, viver o evangelho implica em compreender sempre mais que o caminho da salvação é o caminho do humano, do mandamento do amor ao próximo, também em sua dimensão política.

Por último, constatamos na prática que os movimentos pastorais com muito conteúdo místico são, habitualmente, alienados da política: Cursilhos, Encontros de Casais com Cristo, Focolarinos; ou são mais conservadores: Opus Dei, Comunhão e libertação, etc.

ENTÃO, O QUE CONCLUIR?

Não sei. Não há respostas feitas numa situação de confusão e de crise. É possível refletir sobre alguns caminhos que já aparecem na prática e que se revelaram fecundos. A situação de crise exige a coragem de continuar a caminhada, assumindo certa insegurança, aceitando comportamentos aparentemente passivos ou gratuitos, aguentando momentos que se apresentam como fracasso.

A situação de crise impõe a necessidade de pensar em ritmos lentos: a pressa que nos leva a retomar esquemas velhos e superados pode ser muito prejudicial ao movimento popular. "Ritmo lento" não significa que - diante das dificuldades encontradas - se renuncie a pensar o processo de mudança

para deixar-se levar pelas circunstâncias. Ao contrário, significa um esforço para reconhecer que a não mudança atual não é uma derrota e que prossegue uma luta muitas vezes de maneira pouco perceptível para nossos instrumentos de análise habituais; significa tomar consciência de que as situações são bem diferentes e complexas e que não se pode reduzir à unidade a luta do povo pobre; significa, sobretudo, reconhecer que o ritmo do povo não coincide com o nosso calendário político, mas que não deixa de ser **ritmo**, quer dizer, povo que se movimenta.

Numa perspectiva pastoral, é fundamental abrir os olhos sobre a realidade dos fatos. Para isso, é necessária uma constante crítica dos nossos modelos ideológico de análise de realidade e de mudança social e um maior enraizamento nosso na dinâmica popular. O encontro entre os "intelectuais" da pastoral e os setores populares deve se dar nos dois sentidos: o povo frequentando os primeiros, os assessores e agentes indo lá onde o povo vive e trabalha. Esse segundo caminho parece o mais necessário e o mais difícil hoje.

É importante não cruzar os braços, ficando numa simples crítica negativa ou, pior, caindo fora da luta. Devemos contribuir para **desfazer a fatalidade da crise**. O encontro com o povo favorece isso. A maior solidariedade com os pobres ajuda a descobrir a força transformadora dos pobres.

Se os velhos modelos fracassaram, deve-se procurar favorecer **modelos novos de pastoral**, de luta, de organização...

As sugestões apresentadas aqui pretendem servir como estímulo a pensar numa linha mais criativa. Gostaria de terminar este artigo sobre a relação entre a pastoral popular e os movimentos sociais com uma visão mais teórica, resumindo uma reflexão de Ignacio Ellacuría. Ao considerar **os modelos da relação da Igreja com os movimentos sociais e políticos**, entre os vários existentes e possíveis, Ellacuría privilegia o modelo que denomina de "**colaboração social**".

Esse modelo se fundamenta no que é específico da fé e da instituição eclesial e no que é seu limite. O específico da fé não é a promoção dos aspectos políticos e técnicos do Reino enquanto formalmente tais, senão enquanto favorecem ou desfavorecem o anúncio do Reino de Deus. O modelo de colaboração social, sem romper a unidade com o político, tampouco se confunde com ele nem se situa no mesmo plano. Reconhece que a Igreja é uma força social: situa-se no âmbito da sociedade civil e não do Estado, do poder social e não do poder político. Esta força social teve muitas vezes a tentação de converter-se em força política. Não é necessário. Se a Igreja pretende ser uma força política, seja dominando outras forças políticas, seja pondo-se ao seu serviço, é como o sal que perde o sabor. Mas há ou pode haver uma eficácia autônoma da igreja e da fé na configuração do social. Não se trata, portanto, de renunciar à eficácia. Ela provém da pressão social, através da palavra e do gesto, e não da utilização do poder político. Quando esta pressão social se põe totalmente em favor das maiorias populares com conseqüente conflito com as classes e estruturas dominantes, está se fazendo um trabalho parcial, que não esgota tudo aquilo que deve ser feito por outras instâncias, mas que é um trabalho da Igreja como força social, no qual a força da fé traz algo insubstituível. Nesta perspectiva, salva-se a especificidade e a autonomia da fé e da instituição eclesial. Nem a Igreja, nem parte alguma dela (CEBs, CPT...) deve subordinar-se a nenhuma instância política. Uma coisa é o compromisso social em favor da justiça e outra, a subordinação a outras organizações das quais se recebem ordens ou orientações de atuação.

Evidentemente, não se pode fazer uma separação rígida entre social e político. Trata-se de acentuações diferentes. Penso, contudo, que essa visão de Ellacuría possa ajudar a prática da pastoral popular também no Brasil. Só a desconfiança na eficácia histórica da fé pode levar a abandonar seu crescimento para dedicar-se ao crescimento de outras organizações políticas. Essas são necessárias. A fé tem uma palavra sobre elas: algumas vezes de animação, outras de denúncia.

A fé pode lançar para um trabalho político. Dificilmente, porém, será mais vantajoso para as maiorias populares que a pastoral sucumba à tentação do político.